



REPÚBLICA DE ANGOLA

Presidente da República

Mensagem do Presidente da República à
Assembleia Nacional
Sobre o Orçamento Geral de Estado 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional, Dr. Fernando da Piedade Dias dos Santos;

Senhoras e Senhores Deputados;

Distintos Membros do Executivo;

Estimados Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O ano de 2020 está a ser um ano muito difícil para todo o mundo. O mundo está a enfrentar uma crise epidemiológica de elevadas proporções causada pelo Covid-19, da qual derivou uma enorme crise económica e financeira.

As consequências desta crise para os cidadãos, para as famílias, para as empresas e para os Estados são enormes. Estima-se que a economia global venha a sofrer este ano uma contracção de cerca de 4,4%.

No nosso País, foi possível atrasar a propagação da Covid-19, mediante a adopção, em tempo oportuno, de fortes medidas tendentes a restringir a mobilidade das pessoas.

Estas medidas contaram sempre com o apoio desta Magna Casa e dos cidadãos angolanos, o que nos permitiu criar as

condições e procedimentos mínimos para lidar com um inimigo desconhecido.

Esta luta ainda não terminou e por isso é vital que continuemos todos engajados e unidos em relação a mesma, para evitarmos danos maiores para a nossa saúde colectiva e perdas sociais e económicas irrecuperáveis para o nosso país.

O Executivo angolano tem envidado todos os esforços no sentido de conter e controlar o número de infecções em Angola. Foram recentemente aprovadas novas regras e estão a ser acelerados projectos que visam o redimensionamento do Sistema Nacional de Saúde.

A este respeito, permitam-se mais uma vez realçar a actuação incansável dos nossos profissionais de saúde que, sem medir esforços e sacrifícios, lutam dia e noite para minimizar o sofrimento de milhares de angolanos e para a recuperação daqueles que chegam às Unidades hospitalares, especialmente aos seus serviços de Cuidados Intensivos.

A estes profissionais que são a expressão máxima do profissionalismo, de patriotismo e de amor ao próximo, mais uma vez o nosso muito obrigado.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional;

Senhoras e Senhores Deputados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Como consequência da pandemia causada pelo Covid-19 em Julho deste ano esta Magna Casa das leis aprovou o Orçamento Geral do Estado revisto para o ano de 2020.

Nessa altura tivemos de rever em baixa os principais indicadores macroeconómicos, incluindo a taxa de crescimento da economia nacional.

Prevíamos que em 2020 Angola iniciasse o processo de retoma do crescimento económico com uma taxa de crescimento global de 1,8%. As previsões apontam agora que o país venha a viver este ano o seu 5º ano consecutivo de crescimento negativo, com uma taxa de 3,3%.

Com a presente proposta de Orçamento Geral do Estado, o Executivo continuará a seguir dois grandes objectivos da sua acção governativa.

O primeiro é a continuação do processo de consolidação fiscal, com particular realce para o controlo da dívida pública e o segundo é a continuação da revitalização da vida produtiva do país, com vista ao aumento da produção nacional, em particular do sector não petrolífero.

No domínio da política fiscal, vamos continuar a dar uma atenção especial ao aumento da eficiência e da justiça tributária, melhorando a actuação da administração

tributária e do sistema de isenções fiscais e consolidando a implementação das reformas realizadas nos últimos anos.

Relativamente às Despesas, vamos continuar a priorizar o Sector Social, porque estamos convictos de que a aposta no capital humano, por via da melhoria dos sistemas de saúde, de ensino, de habitação e de protecção social, é o maior investimento que uma nação pode fazer, porque com os investimentos neste sector os ganhos para a sociedade a medio e longo prazos são enormes.

É desta forma que estamos a dedicar 18,8% do Total da Despesa ao Sector Social, o que equivale a 39,5% da Despesa Fiscal Primária.

Ao nível da carteira de projectos de investimentos públicos, o Executivo continuará a priorizar aqueles que apresentam potencial para a redução dos custos operacionais das nossas empresas, contribuindo assim para uma maior atracção de investimentos quer sejam nacionais como estrangeiros.

Estamos a falar de investimentos estruturantes como aproveitamentos hidroelectricos, tais como os de Laúca e Caculo-cabaça e suas grandes linhas de transporte, de Sistemas de tratamento e distribuição de água como a Kilonga grande, da reabilitação de estradas nacionais como a 230 e a 120, o arranque das obras do porto do Namibe ou

ainda da construção de perímetros irrigados. Só para destacar alguns destes projectos.

Na mesma senda, o Programa Integrado de Intervenção nos Municípios, vulgo PIIM, enquanto instrumento para uma melhor satisfação das prioridades ao nível local, continuará a merecer uma particular atenção por parte do Executivo. Em geral, comparativamente ao OGE 2020 Revisto, propomos que o Programa de Investimentos Públicos cresça em mais de 3,0%.

Com esta proposta de OGE para o ano de 2021, vamos continuar ainda a trabalhar no sentido da redução dos Desequilíbrios Externos. Vamos prosseguir as reformas que temos estado a implementar no mercado cambial, com ganhos já visíveis na redução das importações.

Vamos imprimir um maior controlo a evolução do nível geral de preços na nossa economia. Vamos continuara reforma do sector empresarial do Estado, com a aceleração do Programa de Privatizações em curso. Vamos continuar a fortalecer o Sistema Financeiro Nacional e vamos continuar com o processo de mitigação dos níveis extremos de pobreza, com o fortalecimento e expansão dos programas de transferências sociais de rendimentos, com especial destaque para o programa Kwenda.

Senhoras e Senhores Deputados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Um dos nossos principais desafios, no que concerne à sustentabilidade das Finanças Públicas, é a evolução do nível de endividamento do Estado, que se espera venha a ascender 123% do PIB, no final do corrente ano.

Várias acções têm sido levadas a cabo com vista a melhorar o perfil da dívida pública, com destaque para a intensificação do diálogo com os nossos principais parceiros e o controlo dos níveis de défice fiscal.

Em resultado de uma política fiscal de rigor e de prudência, entre 2018 e 2019 as nossas contas públicas registaram saldos fiscais positivos, o que evitou uma maior aceleração da dívida do país.

Ainda como resultado do rigor e da prudência que temos imprimido à gestão fiscal, perspectiva-se um défice fiscal mínimo para 2020, isto 1,5% do PIB. O OGE revisto para este ano previa um deficit fiscal de 4,0% do PIB.

A presente proposta de OGE para o ano de 2021 aponta para a continuação da abordagem prudencial relativamente a política fiscal, tendo como meta a reversão dos níveis de endividamento do Estado. Está assim previsto um nível de défice fiscal em torno de 2,2% do PIB.

Com o controlo dos níveis de défice, pretende-se continuar a tendência de redução das Necessidades Brutas de Financiamento do Estado, induzir a redução das taxas de juro no mercado financeiro doméstico e contribuir para a redução da pressão sobre o nível geral de preços. Estas condições são também críticas para a atracção e prosperidade do investimento privado.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional,
Digníssimas Deputadas e Digníssimos Deputados,
Estimados Convidados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores

O Executivo reitera o seu firme compromisso na implementação cabal das reformas económicas em curso, por entender que as mesmas irão restaurar a estabilidade económica, bem como vão contribuir para uma verdadeira mudança da estrutura económica de Angola, ainda muito dependente dos recursos provenientes do sector petrolífero.

Depois de termos tido um crescimento negativo desde 2016, para 2021 prevemos um crescimento global nulo. Mas o elemento mais importante é que a previsão de crescimento do sector não petrolífero é de 2,1%, enquanto o sector petrolífero terá um crescimento negativo.

O ano de 2021 poderá ser, assim, o ano do início da retoma do crescimento económico do nosso país, com o crescimento de sectores como a agricultura, da agro indústria, das pescas, das indústrias extractiva e transformadora, da construção, do turismo e de outros sectores que são intensivos em mão de obra.

Reiteramos, nesta ocasião, o compromisso do Executivo no sentido de garantir que os recursos inscritos no Orçamento Geral do Estado sejam utilizados de forma rigorosa e com disciplina, com vista a maximizar os ganhos económicos e sociais dos angolanos, sendo que qualquer acção no sentido do desvio de recursos do Estado por parte de gestores públicos será prontamente combatida e os seus responsáveis serão responsabilizados de acordo com a legislação em vigor.

Reiteramos igualmente o compromisso do Executivo no sentido da utilização de todos os mecanismos de diálogo com os diferentes grupos de interesse formalmente constituídos no país, de forma aberta e construtiva, com vista a serem encontradas as melhores soluções para a aceleração do nosso progresso económico e social.

Conscientes que o diálogo aberto e positivo irá ajudar-nos a construir os fundamentos para a recuperação da economia angolana tendo como base um novo paradigma, desejo aos Excelentíssimos Deputados da Assembleia Nacional, jornadas muito produtivas de discussão do Orçamento Geral do Estado para 2021.

Os membros do Executivo estarão à total disposição dos senhores deputados com vista ao aprofundamento da discussão deste importante documento ao nível das comissões especializadas da Assembleia Nacional para que no final tenhamos um documento que dignifique a todos.

Muito obrigado!